



SUMÁRIO

» Capítulo I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E PRINCÍPIOLÓGICAS

1.	Conceitos fundamentais de Teoria Geral do Direito	55
1.1.	Natureza jurídica. Categorias jurídicas e institutos	56
1.2.	Relação jurídica e situação jurídica	56
1.3.	Direitos subjetivos, faculdades e direitos potestativos	57
1.4.	Fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico	58
2.	A tríade do Direito Processual do Trabalho: jurisdição, processo e ação	59
3.	Conceito e natureza jurídica	60
4.	O caráter público e as novas tendências do Direito Processual	60
5.	Fontes do Direito Processual do Trabalho	62
5.1.	Constituição	62
5.2.	Leis complementares e ordinárias. Leis estaduais	63
5.3.	Convenções internacionais	64
5.4.	Decretos-leis e medidas provisórias	64
5.5.	Jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes	64
5.5.1.	Súmulas vinculantes	65
5.5.2.	Súmulas comuns	66
5.5.3.	Precedentes	68
5.6.	Doutrina	69
5.7.	Negócio jurídico processual	69
5.8.	Regimentos Internos dos Tribunais	71
5.9.	Costume. O <i>protesto</i> em audiência	71
5.10.	Hierarquia e conflitos entre as fontes	73
6.	Interpretação e integração do Direito Processual do Trabalho	74

7.	Lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do Direito Processual Comum. Subsidiariedade e supletividade	76
8.	Autonomia e pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	79
9.	Eficácia da lei processual no tempo	80
9.1.	Reforma Trabalhista e aplicação temporal da nova lei	82
9.2.	Aplicação temporal em temas específicos	83
9.2.1.	Sócio retirante	83
9.2.2.	Arbitragem	83
9.2.3.	Acordo extrajudicial	83
9.2.4.	Prazos	83
9.2.5.	Incompetência territorial	84
9.2.6.	Honorários advocatícios sucumbenciais	85
9.2.7.	Compensação de honorários periciais	87
9.2.8.	Prescrição intercorrente	88
10.	Eficácia da lei processual no espaço	89
11.	Relação do Direito Processual do Trabalho com outras ciências	89

» Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO

1.	Princípios – nota introdutória	91
2.	Devido processo legal. Princípio da adequação	92
3.	Juiz natural e Promotor natural	93
4.	Publicidade	94
5.	Acesso à Justiça	95
6.	Contraditório e ampla defesa. Fundamentação das decisões	96
7.	Isonomia e princípio da proteção	99
8.	Duração razoável do processo e economia processual	102
9.	Iniciativa das partes (inércia da jurisdição e impulso oficial)	103
10.	Oralidade: imediatidade, concentração, irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias e identidade física	106
11.	Instrumentalidade e simplicidade	108
12.	Duplo grau de jurisdição	109
13.	Boa-fé processual	110
14.	Cooperação	113
15.	Conciliação	113

» **Capítulo III****JURISDIÇÃO E EQUIVALENTES JURISDICIONAIS**

1.	Métodos de solução de conflitos: autocomposição e heterocomposição	117
2.	Equivalentes jurisdicionais: autocomposição e arbitragem no Processo do Trabalho	118
2.1.	Autotutela	118
2.2.	Mediação/conciliação	119
2.3.	Transação e renúncia extrajudiciais no contrato de trabalho	121
2.3.1.	Homologação de acordo extrajudicial: Reforma Trabalhista	123
2.3.1.1.	Limites do acordo extrajudicial: a quitação total pelo extinto contrato de trabalho. Impossibilidade de homologação parcial do acordo	126
2.3.1.2.	Rejeição de homologação de acordo e coisa julgada ...	128
2.4.	Comissão de Conciliação Prévia	129
2.5.	Arbitragem no Processo do Trabalho	132
2.5.1.	Cenário anterior à Reforma Trabalhista	132
2.5.2.	Cenário posterior à Reforma Trabalhista	133
3.	Jurisdição: notas essenciais e critérios distintivos das funções administrativa e legislativa	136
4.	Caracteres essenciais da jurisdição	139
4.1.	Investidura	139
4.2.	Unidade	140
4.3.	Indeclinabilidade (inafastabilidade)	140
4.4.	Indelegabilidade e territorialidade	141
4.5.	Limites da jurisdição brasileira – competência internacional	142
4.6.	Cooperação internacional: homologação de decisão estrangeira, concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias e auxílio direto	144
4.7.	Imunidade de jurisdição	145
4.8.	Inércia	147
4.9.	Poderes-deveres de decisão, de coerção, de instrução e de documentação	147
5.	Jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho	148
5.1.	Cenário anterior à Reforma Trabalhista	148
5.2.	Cenário posterior à Reforma Trabalhista	149

» **Capítulo IV****ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Órgãos da Justiça do Trabalho	153
2. Magistratura do trabalho	155
2.1. Garantias	155
2.2. Deveres, vedações e responsabilidade	156
3. Competência: conceito, natureza jurídica e critérios	157
4. Classificação das espécies de competência	159
5. A regra da competência-competência e consequências do reconhecimento da incompetência. <i>Translatio iudicii</i>	160
6. Roteiro para fixação da competência. Distribuição, registro e perpetuação da jurisdição	162
7. Competência material da Justiça do Trabalho	163
7.1. Relação de trabalho e relação de emprego	164
7.2. Relações de consumo. Profissionais liberais. Finalismo e maximalismo	165
7.3. Servidores públicos em geral	167
7.3.1. Servidores estatutários e servidores celetistas: regime jurídico único e competência jurisdicional	167
7.3.2. Servidores temporários (CF, art. 37, IX)	169
7.3.3. Servidor público estatutário cedido para empresa estatal	170
7.3.4. Dissídio coletivo de greve de servidor público estatutário	171
7.3.5. Contratação irregular de servidor público (sem concurso público)	171
7.4. Meio ambiente do trabalho	172
7.5. Danos pré e pós-contratuais	172
7.6. Empreitada – operário ou artífice	174
7.7. Intervenção de terceiros – denúncia da lide	175
7.8. Entes de direito público externo	175
7.9. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	175
7.10. Ações possessórias	177
7.11. Matéria sindical	177
7.12. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	178
7.13. Penalidades administrativas impostas pelos órgãos da fiscalização do trabalho	179
7.14. Execução de contribuições sociais	179

7.15. Falência e recuperação judicial	183
7.15.1. Créditos trabalhistas	183
7.15.2. Créditos fiscais	189
7.15.3. Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	191
7.16. Complementação de aposentadoria	195
7.17. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	196
7.18. Matéria criminal	196
7.18.1. Lei Maria da Penha	197
7.19. Dissídios coletivos	198
7.20. Políticas públicas em matéria de trabalho	198
8. Competência territorial na Justiça do Trabalho	199
8.1. Regra geral: art. 651, <i>caput</i> , da CLT	199
8.2. Primeira regra especial: art. 651, § 3º, da CLT	199
8.3. Segunda regra especial: art. 651, § 1º, da CLT – agente ou viajante comercial	200
8.4. Terceira regra especial: art. 651, § 2º, da CLT – serviços prestados no estrangeiro	200
8.5. Superação das regras de competência no caso de colisão dos princípios do acesso à justiça e do contraditório	201
9. Foro de eleição. Negócio jurídico processual para modificação do foro competente	202
10. Competência funcional dos órgãos da Justiça do Trabalho	204
10.1. Cartas precatórias, de ordem e rogatórias	205
11. Prevenção. Ações acessórias e consequentes	206
12. Modificação e prorrogação de competência	209
12.1. Conexão	210
12.2. Continência	211
13. Conflito de competência	212
14. Recurso contra decisão sobre competência	213

» Capítulo V

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Conceito e natureza jurídica	215
2. Relação jurídica processual e relação jurídica material: direitos, deveres, poderes e ônus. Inexistência de discricionariedade judicial	216

3.	Processo e procedimento. Autos e atos do processo	217
4.	Pressupostos processuais	218
4.1.	Noções gerais. Pressupostos de existência e pressupostos de validade	218
4.2.	Classificação dos pressupostos processuais de validade	219
5.	Pontos e questões. Questões principais X incidentais. Questões preliminares e questões prejudiciais. Conceito de cognição judicial	220
6.	Objeto do processo. Mérito da causa	221
7.	Tipos de processo: conhecimento e execução. Processos sincréticos. Cognição exauriente e cognição sumária	222

» Capítulo VI

AÇÃO

1.	Ação – conceito e natureza jurídica. Tutela jurisdicional X prestação jurisdicional	225
2.	Teorias sobre o direito de ação	226
3.	Elementos da ação	227
3.1.	Partes	227
3.2.	Causa de pedir	228
3.2.1.	<i>Jura novit curia</i> . Ausência de juntada de instrumentos coletivos	229
3.2.2.	Substanciação X individualização	230
3.2.3.	Fatos supervenientes: direitos autodeterminados x direitos heterodeterminados	232
3.3.	Pedido – certeza e determinação. Pedido genérico	234
3.3.1.	Pedido implícito	235
3.3.2.	Interpretação do pedido. Pedido heterotópico	235
3.3.3.	Pedido alternativo	236
3.3.4.	Cumulação de pedidos	236
3.3.4.1.	Cumulação própria – simples ou sucessiva	237
3.3.4.2.	Cumulação imprópria – eventual ou alternativa	237
3.3.4.3.	Cumulação inicial e cumulação ulterior	238
3.3.4.4.	Cumulação homogênea e cumulação heterogênea	238
3.3.4.5.	Requisitos da cumulação de pedidos	239
3.3.5.	Pedido de parcela já quitada	240
3.3.6.	Pedido e requerimento	240
3.3.7.	Aditamento, emenda e indeferimento da petição inicial	241

4.	Classificação das ações	241
4.1.	Ações cognitivas (declaratórias, constitutivas e condenatórias) e ações executivas. Sincretismo processual	241
4.2.	Ações individuais e ações coletivas	243
4.3.	Ações dúplices	244
5.	Ação e pretensão	244
6.	Condições da ação	245
6.1.	Interesse de agir	246
6.2.	Legitimidade das partes (ordinária e extraordinária)	248
6.3.	Teoria da asserção. Verificação das condições da ação em diversos momentos processuais e perda superveniente do interesse de agir	248
6.4.	Diferenciação dos pressupostos processuais e permanência do conceito de condições da ação	249
7.	Cumulação de ações: processo cumulativo. Concurso objetivo e subjetivo de ações	250
8.	Desistência da ação	251

» **Capítulo VII**

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL

1.	Nota introdutória	253
2.	Parte: conceito. Capacidade de ser parte. Órgãos públicos	253
2.1.	Capacidade de estar em Juízo ou capacidade processual	254
2.1.1.	Incapacidade absoluta e relativa no processo do trabalho	255
2.1.2.	Intervenção do Ministério Público do Trabalho	255
2.1.3.	Menor emancipado	256
2.1.4.	Réu revel citado por hora certa e réu preso	257
2.1.5.	Preposto. Carta de preposição. Condição de empregado do preposto	257
2.2.	Capacidade postulatória: <i>jus postulandi</i> . Ausência do advogado em audiência	258
2.3.	Substituição processual, representação processual e sucessão processual ...	259
2.3.1.	Falecimento do trabalhador e do empregador antes da instauração e durante o curso do processo	261
3.	Juiz	262
3.1.	Impedimento	263
3.2.	Suspeição	264

3.3.	Procedimento para arguição de suspeição e impedimento	265
4.	Sujeitos postulantes	267
4.1.	Advogado. Procuração. Mandato tácito e procuração <i>apud acta</i>	267
4.1.1.	Conflitos envolvendo advogados em audiência	269
4.2.	Ministério Público, Defensoria Pública e Sindicato	270
5.	Deveres das partes e procuradores. Ato atentatório à dignidade da jurisdição	270
5.1.	Litigância de má-fé	271
5.1.1.	Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	274
5.1.1.1.	O crime de falso testemunho já é punido com multa na esfera penal	274
5.1.1.2.	Contraditório prévio: uma imposição constitucional ...	275
5.1.1.3.	Possibilidade de equívoco do juiz e de que a mentira esteja na petição inicial ou em outra manifestação processual	276
5.1.1.4.	Contraditório prévio como premissa para aplicação de sanções administrativas, penais ou processuais	277
5.1.1.5.	Contraditório recursal: insuficiência. Impossibilidade de interposição de recurso pela testemunha	278
5.1.1.6.	Inexistência de coisa julgada na decisão que aplica multa à testemunha	279
5.1.1.7.	Ação anulatória movida pela testemunha punida: competência	279
5.1.1.8.	Incidente mencionado na Instrução Normativa nº 41/2018 do TST: desvirtuamento do foco do processo trabalhista	280
5.2.	Responsabilidade do advogado	281
6.	Sujeitos auxiliares do processo	282
7.	Sujeitos probatórios	282

» Capítulo VIII

LITISCONSÓRCIO

1.	Litisconsórcio: generalidades	283
2.	Classificação	283
2.1.	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	283

2.2.	Litisconsórcio unitário e simples	284
2.3.	Litisconsórcio necessário e facultativo	285
2.3.1.	A problemática do litisconsórcio necessário ativo	286
2.4.	Litisconsórcio inicial e ulterior	287
3.	Litisconsórcio no Processo do Trabalho	288
3.1.	Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	289
4.	Litisconsórcio X substituição processual. Ação de cumprimento	290
5.	Litisconsórcio multitudinário	291
6.	Regime jurídico do litisconsórcio. Confissão	293
6.1.	Possibilidade de a parte requerer o depoimento pessoal de seu litisconsorte	294
7.	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	294

» Capítulo IX

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1.	Noções gerais. Fundamentos	295
2.	Classificação	297
3.	Assistência	297
3.1.	Assistência simples	298
3.2.	Assistência litisconsorcial	300
3.3.	Assistência em ações coletivas	301
4.	Denúnciação da lide	303
5.	Chamamento ao processo	307
6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	310
6.1.	Noções gerais. Teorias maior e menor. Teoria da desconsideração direta da personalidade jurídica. Desconsideração inversa	310
6.2.	Procedimento da desconsideração no Código de Processo Civil	313
6.2.1.	Momento processual para instauração do incidente	314
6.3.	Aplicabilidade do incidente de desconsideração ao Processo do Trabalho	315
6.4.	Sócios novos e sócio retirante	317
6.4.1.	Situações possíveis na prática da Justiça do Trabalho	319
7.	<i>Amicus curiae</i>	321
8.	Figuras equiparadas à intervenção de terceiros	323

8.1. Intervenção litisconsorcial voluntária	324
8.2. Intervenção <i>iussu iudicis</i> . Ação ajuizada exclusivamente em face da tomadora de serviços terceirizados	324
8.3. Reconvenção que amplie subjetivamente a relação jurídica processual	326
8.4. Aditamento da petição inicial e recurso de terceiro prejudicado	326
8.5. Nomeação à autoria	326

» Capítulo X

DESPESAS PROCESSUAIS E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

1. Despesas processuais: generalidades	329
2. Custas	330
2.1. Posicionamentos do TST a respeito das custas	332
3. Emolumentos	334
4. Ressarcimento e remuneração de sujeitos auxiliares e probatórios do processo ...	335
4.1. Honorários periciais: critérios, antecipação, compensação, limites e parcelamento	335
4.2. Honorários do tradutor ou intérprete	341
5. Despesas com serviços estranhos ao Poder Judiciário	342
6. Multas	343
7. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita	343
7.1. Noções gerais	343
7.2. Cenário legislativo após a Lei 13.467/2017	344
8. Honorários advocatícios no Processo do Trabalho	347
8.1. Reforma Trabalhista e critérios aplicáveis	347
8.2. Reflexos positivos e negativos da mudança	348
8.3. Direito autônomo do advogado x sucumbência recíproca. Acordo sobre honorários	350
8.4. Comparação entre a regulamentação do CPC e da CLT	352
8.4.1. Percentual aplicável	352
8.4.2. Honorários no cumprimento de sentença	352
8.4.3. Honorários advocatícios recursais	353
8.4.4. Beneficiário da justiça gratuita – prazo	353
8.4.5. Litisconsórcio	354
8.4.6. Sucumbência em parte mínima do pedido	355

8.4.7. Honorários advocatícios equitativos: ações declaratórias, constitutivas e de valor irrisório ou inestimável	356
8.4.8. Honorários advocatícios equitativos no caso de sucumbência recíproca	356
8.4.9. Situações de possível verificação na prática	360
8.5. Honorários sucumbenciais para advogados públicos	361
9. Honorários assistenciais e honorários na substituição processual (sindicato e Ministério Público)	363
10. Fazenda Pública	365
11. Assédio processual	366

» Capítulo XI

ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E PRECLUSÃO

1. Atos e termos processuais – noções gerais	369
2. Princípios que regem os atos processuais	370
2.1. Sequencialidade	370
2.2. Finalidade	370
2.3. Interdependência	370
2.4. Publicidade	371
2.5. Formalismo e instrumentalidade das formas	371
2.6. Documentação	372
2.7. Preclusão	372
2.8. Eficácia imediata	375
2.9. Outras regras gerais sobre atos processuais: tempo, local e idioma	375
3. Classificação dos atos processuais	376
3.1. Quanto ao conteúdo	377
3.2. Quanto aos sujeitos	378
3.2.1. Atos do juiz	378
4. Comunicação dos atos processuais	380
4.1. Normas gerais sobre notificação	381
4.2. Citação	385
4.2.1. Súmula 16 do TST: presunção de recebimento da notificação postal	385
4.3. Intimação	387

4.4. Situações controvertidas envolvendo notificação: pessoalidade e habilitação em processo eletrônico	387
5. Negócios jurídicos processuais	389
6. Prazos processuais	390
6.1. Classificação dos prazos	391
6.1.1. Prazos peremptórios e prazos dilatórios	392
6.2. Regras gerais atinentes aos prazos processuais	393
6.2.1. Contagem de prazos em horas	396
6.2.2. Prazos da Fazenda Pública	397

» Capítulo XII

DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Introdução	399
2. Defeitos dos atos processuais: generalidades	399
3. Inexistência	400
4. Nulidade absoluta e nulidade relativa	402
5. Mera irregularidade	404
6. Erro material	405
7. Ineficácia	405
8. Princípios regentes das nulidades	406
8.1. Instrumentalidade das formas	406
8.2. Transcendência ou prejuízo	407
8.3. Preclusão temporal	408
8.4. Interesse e boa-fé objetiva	408
8.5. Utilidade ou aproveitamento dos atos processuais	409
9. Arguição, declaração e efeitos	410

» Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS E AUDIÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

1. Dissídio individual e dissídio coletivo: distinção	413
2. Formação e extinção do processo	414
3. Desenvolvimento da relação jurídica processual	415
4. Procedimento ordinário	415

4.1.	Notificação	416
4.2.	Audiência	417
4.2.1.	Análise das fases da audiência	417
4.2.1.1.	Fase conciliatória inicial	417
4.2.1.2.	Fase postulatória complementar	418
4.2.1.3.	Fase instrutória	420
4.2.1.4.	Fase final: razões finais e tentativa de conciliação	420
4.2.1.5.	Fase decisória	421
4.2.1.6.	Adaptação do procedimento de audiência	421
4.2.2.	Análise de aspectos processuais e materiais da audiência	422
4.2.2.1.	Ausência das propostas conciliatórias	422
4.2.2.2.	Ausências e atrasos dos sujeitos processuais em audiência	423
4.2.2.3.	Ausência do advogado	424
4.2.2.4.	Presença do advogado no caso de ausência do reclamado	424
4.2.2.5.	Ausência da parte e negócios jurídicos processuais	425
4.2.2.6.	Celebração de acordo sem a presença da parte	426
4.2.2.7.	Dinâmica e duração da audiência. Organização da pauta e intervalos	426
4.2.2.8.	Perempção trabalhista	426
4.2.2.9.	Parte que comparece embriagada	427
4.2.2.10.	Ausência da parte impossibilitada de comparecer: residência no exterior e doença grave	428
4.3.	Fase recursal	428
4.4.	Fase de cumprimento de sentença	428
5.	Procedimento sumaríssimo	429
5.1.	Questões de alta indagação envolvendo o rito sumaríssimo	431
5.1.1.	Facultatividade na escolha do rito	431
5.1.2.	Liquidez da sentença	431
5.1.3.	Valor máximo da condenação	432
5.1.4.	Julgamento por equidade	432
6.	Procedimento sumário	433
7.	Facultatividade na escolha do rito	434
8.	Procedimento de jurisdição voluntária: homologação de acordo extrajudicial ...	435

» **Capítulo XIV****SUSPENSÃO DO PROCESSO**

1. Noções iniciais	441
2. Causas e duração da suspensão	442
2.1. Morte ou perda da capacidade processual	442
2.2. Convenção das partes	443
2.3. Arguição de suspeição ou impedimento do juiz	445
2.4. Arguição, por petição, de incompetência territorial	445
2.5. Prejudicialidade, apuração de fatos em outro Juízo e delitos	446
2.6. Força maior	447
2.7. Tribunal Marítimo	447
2.8. Outras hipóteses legalmente previstas	447
3. Efeitos jurídicos da suspensão	448

» **Capítulo XV****PETIÇÃO INICIAL**

1. Petição inicial: noções gerais	449
2. Requisitos	450
2.1. Requisitos comuns ao Processo do Trabalho e ao Processo Civil	450
2.1.1. Endereçamento da petição inicial	450
2.1.2. Qualificação das partes	450
2.1.3. Exposição dos fatos e formulação do pedido. Fundamentos jurídicos	451
2.1.4. Assinatura	451
2.2. Requisitos específicos e situações controvertidas	452
2.2.1. Valor da causa e liquidação dos pedidos: noções gerais	452
2.2.2. Valor da causa e liquidação dos pedidos no cenário pós-Reforma	453
2.2.2.1. Conceitos essenciais	453
2.2.2.2. Panorama jurisprudencial	454
2.2.2.3. Liquidação de pedidos na realidade da Justiça do Trabalho	455
2.2.2.4. Interpretação conforme a Constituição do art. 840, § 1º, da CLT	456

2.2.2.5.	Interpretação consequencialista da exigência de liquidação dos pedidos: isonomia	457
2.2.2.6.	Exemplos práticos	458
2.2.2.7.	Posicionamentos do TST sobre liquidação da petição inicial	458
2.2.2.8.	Extinção do processo sem resolução de mérito: princípios aplicáveis	459
2.2.2.9.	Modificações redacionais do art. 840, <i>caput</i> e parágrafos, da CLT	460
2.2.3.	Impugnação ao valor da causa e retificação de ofício pelo juiz ...	461
2.2.4.	Requerimento de provas e de citação	462
2.2.5.	Audiência de conciliação	462
2.3.	Documentos indispensáveis à propositura: normas coletivas e situações controvertidas	463
3.	Emenda e aditamento	464
3.1.	Necessidade de deferimento da emenda ou aditamento	465
4.	Efeitos da petição inicial	466
5.	Inépcia e outros defeitos	466
6.	Indeferimento e julgamento liminar de improcedência	467

» Capítulo XVI

TUTELA PROVISÓRIA

1.	Tutela provisória: noção e fundamento constitucional	471
2.	Tutela de urgência e tutela da evidência: sistematização e características comuns	472
3.	Tutela de urgência: requisitos e regras específicas. Contracautela	474
4.	Tutela da evidência: requisitos e regras específicas	476
5.	Momento oportuno para concessão de tutela provisória e recursos cabíveis	477
6.	Concessão <i>ex officio</i> de tutela provisória	480
7.	Aspectos procedimentais e competência	482
8.	Estabilização da tutela antecipada	483
9.	Vedações à concessão de tutela provisória	484
10.	Tutela de urgência e de evidência em ações constitutivas e declaratórias	485
11.	Fungibilidade entre tutela de urgência e tutela da evidência	486
12.	Situações controvertidas no Processo do Trabalho	486

12.1. Extinção do processo após deferimento da tutela provisória (FGTS e seguro-desemprego)	486
12.2. Reintegração	487

» Capítulo XVII

RESPOSTA DO RÉU

1. Resposta do réu: generalidades	489
2. Exceção e objeção	490
3. Contestação	491
3.1. Eventualidade	492
3.2. Impugnação especificada	492
3.3. Impugnação especificada na réplica do reclamante	494
3.4. Conteúdo	495
3.4.1. Preliminares ao mérito da causa	495
3.4.1.1. Inexistência ou nulidade da citação	495
3.4.1.2. Incompetência	495
3.4.1.3. Incorreção do valor da causa	496
3.4.1.4. Inépcia da petição inicial	496
3.4.1.5. Perempção	496
3.4.1.6. Litispendência e coisa julgada	496
3.4.1.7. Conexão e continência	497
3.4.1.8. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	497
3.4.1.9. Convenção de arbitragem	497
3.4.1.10. Carência de ação	497
3.4.1.11. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	498
3.4.1.12. Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça	498
3.5. Mérito: defesa direta e indireta. Compensação e contradireitos	498
3.5.1. Prescrição e decadência	500
3.5.1.1. Forma de arguição, momento e apreciação judicial de ofício	500
3.5.1.2. Interrupção e suspensão	502
3.5.1.3. Prescrição intercorrente	503

3.5.1.4.	Prescrição em ações coletivas	507
3.5.1.5.	Prescrição pronunciada de ofício e protesto interruptivo da prescrição	508
4.	Revelia	509
4.1.	Efeitos da revelia	511
5.	Reconvenção	513
6.	Arguição de impedimento ou suspeição	515
7.	Arguição de incompetência territorial sem necessidade de comparecimento: Lei nº 13.467/2017	515
7.1.	Faculdade ou ônus do réu?	515
7.2.	Desnecessidade de peça autônoma	516
7.3.	Suspensão imprópria do processo	516
7.4.	Procedimento e instrução da exceção de incompetência territorial. Ônus da prova	517
7.5.	Julgamento da exceção de incompetência territorial	518
7.6.	Conclusão	519
8.	Situações controvertidas no Processo do Trabalho	519
8.1.	Fazenda Pública: ônus da impugnação especificada e revelia	519
8.2.	Terceirização: revelia da prestadora, com comparecimento da tomadora de serviços	520

» Capítulo XVIII

DIREITO PROBATÓRIO

1.	Prova: noções gerais	523
2.	Contraditório e a busca da verdade	524
3.	Destinatários da prova	525
4.	Meios e fontes de prova	525
5.	Objeto da prova	526
5.1.	Prova do direito e os instrumentos normativos	526
5.2.	Fatos que não dependem de prova	527
6.	Apreciação da prova: papel do juiz e sistemas	528
7.	Aquisição processual da prova	529
8.	Classificações das provas	530
8.1.	Provas típicas e atípicas	530
8.2.	Provas casuais e pré-constituídas	530

8.3.	Prova ilícita e prova ilegítima	531
8.3.1.	Acesso a e-mail e redes sociais do trabalhador	532
8.3.2.	Interceptações telefônicas e gravações ambientais. Sigilo telefônico	532
8.4.	Prova dividida	533
8.5.	Prova emprestada	534
8.6.	Prova <i>diabólica</i> e de fatos negativos	535
8.7.	Prova direta e indireta: indícios, presunções e máximas da experiência	536
9.	Ônus da prova	538
9.1.	Ônus da prova de acordo com a Reforma Trabalhista	541
9.1.1.	Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i>	541
9.1.2.	Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i> como regra de instrução ...	541
9.1.3.	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> como regra de julgamento	542
9.1.4.	Adiamento da audiência	542
9.1.5.	Negócio jurídico processual sobre ônus da prova	543
10.	Valoração da prova e <i>in dubio pro operario</i>	544
11.	Iniciativa probatória do juiz	544
12.	Demandas probatórias autônomas: produção antecipada de provas	545
12.1.	Interrupção da prescrição na produção antecipada de provas	546
13.	Documento	547
13.1.	Oportunidade de juntada	548
13.2.	Incidente de falsidade	550
13.3.	Impugnação de documentos	551
13.4.	Exibição de documento ou coisa	552
13.5.	Eficácia probatória da prova documental	553
13.6.	Ata notarial	554
14.	Perícia: noções gerais	555
14.1.	Impedimento e suspeição do perito	556
14.2.	Remuneração do perito e do assistente técnico	557
14.3.	Produção da prova pericial: procedimento	557
14.4.	Hipóteses típicas de perícia na Justiça do Trabalho	559
14.4.1.	Insalubridade e periculosidade	559
14.4.2.	Incapacidade laborativa	560
15.	Interrogatório e depoimento pessoal	561

16. Confissão	563
16.1. Natureza e efeitos da confissão	564
16.2. Elementos da confissão	566
16.3. Irrevogabilidade e indivisibilidade da confissão	567
16.4. Confissão em situações típicas de litisconsórcio no Processo do Trabalho	568
17. Testemunhas	568
17.1. Noções essenciais	568
17.2. Impedimento, suspeição e incapacidade: informantes e menores	569
17.2.1. Testemunha que também move ou moveu ação em face da reclamada	570
17.2.2. Testemunha que já atuou como preposto	571
17.2.3. Testemunha que tem amizade em redes sociais com a parte. Amizade íntima	571
17.2.4. Testemunha trazida por uma parte e que tem amizade ou parentesco com a parte contrária	572
17.2.5. Testemunha que exerce cargo de confiança na reclamada	572
17.2.6. Depoimentos contraditórios de sujeito que é testemunha em um processo e parte em outro	572
17.3. Qualificação, contradita e compromisso da testemunha	573
17.4. Intimação e rol de testemunhas	574
17.5. Substituição de testemunhas	576
17.6. Procedimento de produção da prova testemunhal	577
17.7. Acareação	579
17.8. Escusas de depor	580
17.9. Número de testemunhas	580
17.10. Valoração da prova testemunhal e falso testemunho	580
17.11. Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	581
18. Inspeção judicial	581

» Capítulo XIX

SENTENÇA

1. Sentença: conceito e natureza jurídica	583
2. Decisões parciais de mérito	584
3. Capítulos da sentença	587

4.	Classificações	588
4.1.	Sentença definitiva e terminativa	588
4.2.	Sentença declaratória, constitutiva e condenatória	589
5.	Requisitos estruturais e interpretação da sentença	589
5.1.	Fundamentação exaustiva: legitimidade e possibilidades do Poder Judiciário	591
5.2.	Fundamentação <i>per relationem</i>	592
5.2.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> no rito sumaríssimo	596
6.	Requisitos formais da sentença	597
6.1.	Clareza	597
6.2.	Certeza e sentença condicional	598
7.	Requisitos substanciais da sentença	599
7.1.	Decisões <i>citra petita</i>	599
7.2.	Decisões <i>ultra petita</i>	601
7.3.	Decisões <i>extra petita</i>	601
7.4.	Mitigações ao princípio da congruência no Processo do Trabalho	602
8.	Conteúdo da sentença	603
9.	Efeitos da sentença: principais, reflexos e anexos	604
9.1.	Eficácia natural da sentença	606
10.	A sentença e os fatos supervenientes à propositura da ação	607
11.	Publicação e alteração da sentença	607
12.	Ordem de apreciação das matérias na sentença	609

» Capítulo XX

COISA JULGADA

1.	Coisa julgada: noções, conceito e natureza jurídica	611
2.	Eficácia da coisa julgada	612
2.1.	Negativa	612
2.2.	Positiva	612
2.3.	Preclusiva	613
3.	Coisa julgada formal e material	613
4.	Limites da coisa julgada	615
4.1.	Limites objetivos	615
4.1.1.	Concepção tradicional. Coisa julgada sobre questão prejudicial	615
4.1.2.	Necessidade de releitura do tema	616

4.2. Limites subjetivos	618
4.2.1. Extensão da coisa julgada ao colegitimado	619
4.3. Limites temporais: coisa julgada e relações continuativas	619
4.3.1. Pensão por ato ilícito: critérios utilizáveis	620
5. Requisitos	622
5.1. Punição de testemunha por litigância de má-fé (CLT, art. 793-D) e inexistência de coisa julgada	623
6. Regimes de formação da coisa julgada	623
7. Conflito entre coisas julgadas	624
8. Formação progressiva da coisa julgada	624
9. Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros	626
10. Coisa julgada na execução	627
11. Coisa julgada na jurisdição voluntária	629
12. Coisa julgada criminal X Processo do Trabalho	630
13. Negócios jurídicos processuais sobre coisa julgada	631
14. Relativização da coisa julgada	632

» Capítulo XXI

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. Recursos: conceito e natureza jurídica	635
2. Princípios dos recursos	636
2.1. Taxatividade	636
2.2. Voluntariedade	636
2.3. Vedação da <i>reformatio in pejus</i>	636
2.4. Fungibilidade	637
2.5. Duplo grau de jurisdição	638
2.6. Unirrecorribilidade	638
2.7. Dialeiticidade	639
3. Efeitos dos recursos	641
3.1. Impeditivo do trânsito em julgado	641
3.2. Suspensivo	641
3.3. Devolutivo	644
3.4. Regressivo	645
3.5. Expansivo	645
3.6. Substitutivo	646

4.	Desistência de recurso, renúncia ao direito de recorrer, aquiescência à decisão e homologação de acordo	646
5.	Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Efeito substitutivo	647
6.	Requisitos intrínsecos de admissibilidade	649
6.1.	Cabimento	649
6.2.	Legitimidade	649
6.2.1.	Recurso da testemunha punida por litigância de má-fé	650
6.3.	Interesse recursal	652
6.4.	Inexistência de atos de disposição do direito de recorrer	653
7.	Requisitos extrínsecos de admissibilidade	653
7.1.	Tempestividade	653
7.2.	Preparo	654
7.2.1.	Depósito recursal	654
7.2.1.1.	Depósito recursal atinente ao capítulo da sentença que condena as partes a pagarem honorários advocatícios sucumbenciais	659
7.2.1.2.	Depósito recursal no recurso extraordinário	659
7.3.	Regularidade formal	661
8.	Procedimento recursal	661
8.1.	Juízo de admissibilidade	661
8.2.	Prevenção	662
8.3.	Poderes e atribuições do relator	662
8.4.	Fatos supervenientes à sentença ou cognoscíveis de ofício	664
8.5.	Sustentação oral	664
8.6.	Correção de vícios formais	665
8.7.	Colheita de votos e pedido de vista	666
8.8.	Acórdão	668
8.9.	Ampliação do colegiado	668
9.	Recurso adesivo	669
9.1.	Recurso adesivo e litisconsórcio	671
10.	Reexame necessário	673
10.1.	Remessa necessária X ação de competência originária de TRT	675
11.	Honorários advocatícios recursais	676
12.	Recurso de terceiro: perito e advogado	677
13.	Prazos recursais	677
14.	Recursos repetitivos	678

» **Capítulo XXII****RECURSOS EM ESPÉCIE**

1.	Recurso ordinário	679
1.1.	Noções gerais e admissibilidade	679
1.2.	Procedimento	681
1.3.	Fatos novos e provas novas	682
1.4.	Impugnação de decisões interlocutórias	683
1.5.	Causa madura	684
2.	Embargos de declaração	686
2.1.	Noções gerais: cabimento, admissibilidade e efeitos do recurso	686
2.2.	Embargos de declaração com efeitos modificativos	687
2.3.	Oposição simultânea com outros recursos e ratificação	688
2.4.	Embargos de declaração protelatórios	689
2.5.	Fungibilidade e decisão monocrática	690
3.	Agravo de instrumento	691
3.1.	Noções gerais e admissibilidade	691
3.2.	Procedimento	692
3.3.	Efeitos	693
4.	Agravo de petição	693
4.1.	Cabimento	693
4.2.	Demais requisitos de admissibilidade	696
4.3.	Delimitação da matéria e valores	697
4.4.	Efeitos	698
5.	Recurso de revista	698
5.1.	Noções gerais	698
5.2.	Hipóteses de cabimento	699
5.2.1.	Fase de conhecimento	699
5.2.2.	Fase de cumprimento de sentença ou processo de execução ...	700
5.2.3.	Cabimento <i>versus</i> provimento do recurso	701
5.2.4.	Cabimento e matéria fática	702
5.2.5.	Exaurimento da instância anterior	703
5.3.	Prequestionamento	703
5.4.	Transcendência	706
5.5.	Regularidade formal	708

5.6.	Efeitos	709
5.7.	Procedimento	710
5.8.	Recursos de revista repetitivos	711
6.	Embargos no TST	711
6.1.	Embargos de divergência	711
6.2.	Embargos infringentes	713
7.	Agravo interno	713
8.	Recurso extraordinário	715
8.1.	Noções gerais e cabimento	715
8.2.	Esgotamento das instâncias anteriores	716
8.3.	Prequestionamento	716
8.4.	Repercussão geral	717
8.5.	Ofensa reflexa	719
8.6.	Efeito devolutivo e provimentos de urgência	720
8.7.	Procedimento	720
8.8.	Recursos extraordinários repetitivos	721
9.	Agravo em recurso extraordinário e agravo de instrumento em recurso de revista	721

» Capítulo XXIII

PROCESSO COLETIVO

1.	Noções iniciais	723
1.1.	Tendência de coletivização do processo. Princípios envolvidos	723
1.2.	Espécies de ações coletivas	724
1.3.	Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no âmbito trabalhista. Direitos individuais heterogêneos	725
2.	Dissídios coletivos	728
2.1.	Dissídio individual x dissídio coletivo	728
2.2.	Conflito coletivo de trabalho	728
2.3.	Espécies de dissídios coletivos: objeto, legitimidade. Titular do direito e titular da ação	729
2.4.	Poder normativo da Justiça do Trabalho	730
2.4.1.	Noções gerais	730
2.4.2.	Extensão e limites do poder normativo	731
2.4.3.	Comum acordo	732

2.5.	Dissídio de greve	734
2.6.	Legitimidade para os dissídios coletivos	736
2.7.	Classificação dos dissídios coletivos	738
2.8.	Dissídios de extensão	739
2.9.	Competência funcional e territorial nos dissídios coletivos	740
2.10.	Procedimento dos dissídios coletivos	741
2.11.	Recursos nos dissídios coletivos	742
2.12.	Dissídios coletivos e pessoas jurídicas de direito público	743
2.13.	Sentença normativa	744
2.13.1.	Considerações terminológicas	744
2.13.2.	Coisa julgada	745
2.13.3.	Prazo de vigência, ultratividade e eficácia	746
3.	Ação de cumprimento	747
3.1.	Conceito e natureza jurídica	747
3.2.	Ação de cumprimento individual e coletiva	748
3.3.	Dilação probatória	748
3.4.	Legitimidade e competência	748
3.5.	Coisa julgada na ação de cumprimento	749
3.6.	Prescrição na ação de cumprimento	749
3.7.	Pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	749
4.	Tutela coletiva de direitos (ações coletivas em sentido estrito)	750
4.1.	Sistema tradicional e microsistema da tutela coletiva	750
4.2.	Ação civil pública	751
4.2.1.	Conceito e objeto. Ação civil coletiva	751
4.2.2.	Procedimento	752
4.2.3.	Legitimação	752
4.2.3.1.	Rol de legitimados	752
4.2.3.2.	Enquadramento teórico da legitimidade	753
4.2.3.3.	Intervenção do Ministério Público	753
4.2.3.4.	Ações coletivas passivas	754
4.2.4.	Institutos relacionados à ação civil pública	754
4.2.4.1.	Inquérito civil público	754
4.2.4.2.	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	757
4.2.5.	Competência na ação civil pública	760
4.2.5.1.	Competência material	760

4.2.5.2.	Competência funcional. Ação anulatória de cláusulas convencionais	760
4.2.5.3.	Competência territorial	761
4.3.	Litispêndência em ações coletivas	762
4.3.1.	Litispêndência entre duas ou mais ações coletivas	762
4.3.2.	Litispêndência entre ação coletiva e ação individual. Direito de entrar e de sair da tutela coletiva	763
4.4.	Coisa julgada e transporte <i>in utilibus</i>	764
4.5.	Controle de constitucionalidade em ações coletivas	766
4.6.	Limitação territorial da coisa julgada	767
4.7.	Liquidação e execução	769
4.8.	Prescrição	770
4.8.1.	Direitos individuais homogêneos	770
4.8.2.	Direitos difusos e coletivos em sentido estrito	771
4.9.	Assistência	772
4.10.	Conciliação	772
4.11.	Atuação do sindicato na tutela de direitos difusos	773

» Capítulo XXIV

PRECEDENTES

1.	Precedentes: noções gerais	775
2.	Precedentes obrigatórios e precedentes persuasivos	776
2.1.	Decisões do Plenário ou do Órgão Especial de tribunais	777
3.	Constitucionalidade do sistema de precedentes obrigatórios	780
4.	<i>Ratio decidendi, obiter dictum, causa de pedir</i> e técnicas de votação em Tribunais	781
5.	Distinção e superação dos precedentes	782
6.	Consequências da inobservância dos precedentes	784
7.	Regras gerais acerca dos precedentes obrigatórios	785
7.1.	Estabilidade, integridade e coerência	786
7.2.	Eficácia extraprocessual da decisão	786
7.3.	Ampliação do debate	786
7.4.	Modulação de efeitos	787
7.5.	Publicidade e organização	787

8.	Sistemática dos casos repetitivos	788
8.1.	Insuficiência do sistema de ações coletivas	788
8.2.	Recursos repetitivos e IRDR: noções essenciais e aplicabilidade	789
8.3.	Causa-piloto	790
8.4.	Seleção do processo paradigma: decisão de afetação	791
8.5.	Legitimidade para deflagração	792
8.5.1.	Instauração de IRDR – necessidade de processo pendente no Tribunal. Procedimento para a instauração pelo juiz	793
8.6.	Suspensão dos processos	794
8.6.1.	Suspensão do processo e pluralidade de pedidos. Fase instrutória	795
8.6.2.	Distinção do caso concreto equivocadamente suspenso	797
8.7.	Competência para julgamento	797
8.8.	Decisão do Tribunal e consequências	798
8.9.	Desistência e abandono da ação e desistência do recurso	799
8.10.	Recursos na sistemática de casos repetitivos	799
9.	Incidente de assunção de competência	800
10.	Incidente de declaração de inconstitucionalidade	801
11.	Procedimento para edição de Súmulas pelos Tribunais Trabalhistas	802

» Capítulo XXV

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	Reclamação	805
1.1.	Conceito, natureza jurídica e abrangência	805
1.2.	Hipóteses de cabimento	807
1.2.1.	Preservação de competência	807
1.2.2.	Garantia de autoridade de decisão	807
1.2.3.	Violação de decisão do STF em controle concentrado ou de Súmula Vinculante. Transcendência dos motivos determinantes	808
1.2.4.	Violação de precedente obrigatório firmado em casos repetitivos ou IAC	809
1.3.	Legitimidade, instrução e procedimento	810
1.3.1.	Revelia na reclamação	811
1.4.	Trânsito em julgado da decisão e interposição de recurso	812

1.5.	Efeitos do julgamento da reclamação e recurso cabível	812
2.	Mandado de segurança	813
2.1.	Conceito e natureza jurídica	813
2.2.	Direito líquido e certo: noção e natureza jurídica	813
2.3.	Ato de autoridade	814
2.4.	Competência para julgamento	815
2.4.1.	Matéria judiciária	815
2.4.2.	Matéria administrativa	816
2.5.	Autoridade coatora e polo passivo. Teoria da encampação	817
2.6.	Situações de não cabimento	819
2.6.1.	Mandado de segurança contra decisão judicial	821
2.7.	Prazo	822
2.8.	Procedimento	822
2.9.	Recursos	824
2.10.	Suspensão de segurança	824
2.11.	Coisa julgada	825
2.12.	Teoria da causa madura no mandado de segurança	826
2.13.	Desistência do mandado de segurança	827
2.14.	Mandado de segurança coletivo	828
2.15.	Valor da causa e despesas processuais no mandado de segurança	829
3.	<i>Habeas corpus</i>	830
3.1.	Conceito e natureza jurídica	830
3.2.	Cabimento na Justiça do Trabalho e competência	830
3.3.	Procedimento	832
4.	<i>Habeas data</i>	833

» Capítulo XXVI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS – AÇÕES CIVIS

1.	Embargos de terceiro	835
1.1.	Conceito e natureza jurídica	835
1.2.	Legitimidade ativa e passiva	836
1.3.	Competência	837
1.4.	Procedimento e ônus sucumbenciais	838

1.5. Prazo	841
1.6. Cognição e coisa julgada	841
1.7. Reconhecimento incidental de fraude contra credores	842
2. Interditos possessórios	843
3. Ação de exigir contas	843
4. Ação de consignação em pagamento	845
4.1. Conceito e natureza jurídica	845
4.2. Procedimento	845
4.3. Sentença e extensão da quitação das obrigações	846
4.4. Consignação extrajudicial	847
5. Ação monitória	848
5.1. Conceito e fundamento	848
5.2. Procedimento de acordo com o CPC	848
5.3. Cabimento no Processo do Trabalho	850
5.4. Competência – indicação da <i>causa debendi</i>	851
5.5. Prescrição	852
5.6. Documentos unilaterais e cobrança de contribuições sindicais	852
5.7. Monitória em face da Fazenda Pública	853

» Capítulo XXVII

INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE

1. Conceito e objeto	855
2. Hipóteses de cabimento	855
3. Peculiaridades procedimentais	857
4. Caráter dúplice e reconvenção	858

» Capítulo XXVIII

CORREIÇÃO PARCIAL (RECLAMAÇÃO CORREICIONAL)

1. Panorama legislativo	861
2. Possibilidades e limites: natureza jurídica da correção parcial	862
2.1. Nos TRTs	862
2.2. No TST	863

» **Capítulo XXIX****AÇÃO RESCISÓRIA, AÇÃO ANULATÓRIA E QUERELA NULLITATIS**

1.	Ação rescisória: conceito, natureza jurídica e principiologia	865
2.	Objeto	866
3.	Inadmissibilidade, juízo rescindente e juízo rescisório	868
4.	Hipóteses de cabimento	869
4.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção	870
4.2.	Impedimento ou incompetência absoluta	872
4.3.	Dolo, coação, simulação ou colusão	873
4.4.	Coisa julgada	875
4.5.	Violação manifesta de norma jurídica	876
4.6.	Prova falsa	879
4.7.	Prova nova	880
4.8.	Erro de fato	882
4.9.	Sentença inconstitucional	883
5.	Prazo	884
5.1.	Regra geral e coisa julgada progressiva	884
5.2.	Prova nova	886
5.3.	Simulação ou colusão	887
5.4.	Sentença inconstitucional	887
6.	Legitimidade	888
7.	Competência	890
8.	Procedimento	890
8.1.	Petição inicial	890
8.2.	Valor da causa	890
8.3.	Depósito prévio	891
8.4.	Providências preliminares, revelia e reconvenção	893
8.5.	Cumprimento da sentença rescindenda	894
8.6.	Fase instrutória e razões finais	894
8.7.	Recursos e eficácia da decisão	895
8.8.	Ações rescisórias sucessivas	896
9.	Ação anulatória	897
9.1.	Atos processuais	897
9.2.	Atos materiais	898

9.3. Ação anulatória de cláusulas convencionais	898
9.3.1. Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	900
10. <i>Querela nullitatis</i>	901

» Capítulo XXX

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Noção e aplicabilidade	905
2. Natureza jurídica da liquidação	906
2.1. Essência do fenômeno	906
2.2. Modelos processuais de liquidação	907
3. Tipos de liquidação	907
4. Fidelidade ao título e preclusão	909
5. Procedimento	911
5.1. Liquidação por cálculos	911
5.2. Liquidação por arbitramento	912
5.3. Liquidação por artigos	913
6. Legitimidade para instauração	913
7. Revelia	914
8. Liquidação-zero	915
9. Liquidação provisória	916
10. Natureza jurídica da decisão de liquidação	917
11. Coisa julgada e mecanismos impugnativos. Impugnação à sentença de liquidação	917
12. Títulos executivos extrajudiciais	919
13. Índices de juros moratórios e correção monetária	920

» Capítulo XXXI

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

1. Noções introdutórias, abrangência e nomenclatura	929
2. Normatividade aplicável: a questão das lacunas	930
3. Princípios executivos	932
3.1. Realidade ou patrimonialidade	932

3.2.	Efetividade	932
3.3.	Utilidade	933
3.4.	Contraditório	934
3.5.	Primazia do exequente (princípio do resultado)	934
3.6.	Menor onerosidade	935
4.	Pressupostos e condições da execução	936
4.1.	Competência	936
4.2.	Legitimidade	936
4.2.1.	Ativa. Cessão de créditos trabalhistas	936
4.2.2.	Legitimação passiva	938
4.3.	Pressupostos específicos da execução: título e inadimplemento	939
5.	Títulos executivos	940
5.1.	Judiciais	940
5.1.1.	Acordo extrajudicial homologado em juízo	941
5.1.2.	Laudo arbitral	945
5.2.	Extrajudiciais	948
5.2.1.	Termo de Ajustamento de Conduta	949
5.2.2.	Acordo em Comissão de Conciliação Prévia	950
5.2.3.	Certidão de Dívida Ativa	950
5.2.4.	Títulos de crédito	950
6.	Classificação	951
6.1.	Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença	951
6.2.	Execução direta e execução indireta	952
6.2.1.	Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	953
6.3.	Execução específica e execução pelo equivalente	954
7.	Cognição, mérito e coisa julgada	955
8.	Boa-fé na execução	957
8.1.	Fraude contra credores	957
8.2.	Fraude à execução	958
8.3.	Ato atentatório à dignidade da justiça	960
9.	Responsabilidade patrimonial	962
9.1.	Sucessão trabalhista	963
9.2.	Terceirização	965

9.3. Cônjuge	966
9.4. Sócio	968
9.5. Grupo econômico	968
10. Desistência da execução	971

» Capítulo XXXII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

1. Linhas gerais do procedimento	973
1.1. Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	975
2. Intimação do executado: o mandado de citação	975
2.1. Intimação por hora certa ou por edital	977
2.2. Oficial de Justiça: cumprimento dos atos executivos	978
2.3. Arresto executivo	978
3. Penhora	980
3.1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	980
3.2. Procedimento	980
3.3. Depósito. Depositário infiel e nomeação compulsória de depositário	982
3.4. Intimação da penhora	985
3.5. Avaliação	986
3.6. Substituição, ampliação e redução da penhora. Segunda penhora	987
3.7. Ordem preferencial da penhora e nomeação de bens	989
3.8. Bens impenhoráveis. Hipóteses de impenhorabilidade não previstas em lei	990
3.8.1. Bem de família	991
3.8.2. Bens inalienáveis e declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	993
3.8.3. Móveis que guarnecem a residência e vestuário	994
3.8.4. Rendimentos do trabalho humano	994
3.8.5. Objetos necessários ou úteis ao exercício de profissão	997
3.8.6. Materiais de obras em andamento	998
3.8.7. Recursos públicos transferidos para aplicação em saúde, educação ou assistência social	998
3.8.8. Depósito em caderneta de poupança	999

3.8.9.	Seguro de vida	999
3.8.10.	Outras hipóteses previstas em lei	999
3.9.	Penhoras especiais	1000
3.9.1.	Penhora on-line	1000
3.9.2.	Penhora de veículos alienados fiduciariamente	1001
3.9.3.	Penhora de bens hipotecados	1002
3.9.4.	Penhora de crédito em mãos de terceiros	1003
3.9.5.	Penhora de cotas ou ações de sociedade	1004
3.9.6.	Penhora da renda e penhora de empresa	1004
4.	Concurso de credores – múltiplas penhoras sobre o mesmo bem	1005
5.	Alienação antecipada	1006
6.	Embargos à execução	1006
6.1.	Denominação, conceito e natureza jurídica	1006
6.2.	Matérias veiculáveis nos embargos	1007
6.2.1.	Falta ou nulidade da citação	1008
6.2.2.	Ilegitimidade da parte	1009
6.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1009
6.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	1009
6.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1010
6.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	1010
6.2.7.	Causa modificativas ou extintivas da obrigação supervenientes à sentença	1010
6.2.7.1.	Prescrição intercorrente	1011
6.3.	Embargos com eficácia rescisória	1014
6.4.	Garantia integral e parcial do juízo	1016
6.5.	Procedimento. Inexistência de revelia do embargado	1017
6.6.	Suspensão da execução	1018
7.	Exceção de pré-executividade	1019
8.	Expropriação de bens	1021
8.1.	Conceito e natureza jurídica	1021
8.2.	Adjudicação	1021
8.3.	Alienação por iniciativa particular	1024
8.4.	Arrematação	1024
8.4.1.	Noções gerais. Leilão e leiloeiro	1024

8.4.2.	Formalidades da hasta pública	1026
8.4.3.	Legitimidade para arrematação	1027
8.4.4.	Preço vil	1028
8.4.5.	Procedimento da hasta pública	1029
8.5.	Expropriação judicial: direitos reais e obrigações <i>propter rem</i>	1031
8.6.	Evicção e vícios redibitórios	1033
8.7.	Ordem preferencial dos mecanismos expropriatórios	1034
8.8.	Efeitos da expropriação	1034
8.9.	Auto e carta. Mandado de entrega e de imissão na posse	1035
8.10.	Impugnação incidental da arrematação. Recurso e ação rescisória	1036
8.11.	Ação anulatória da arrematação	1039
8.12.	Impugnação da adjudicação	1040
8.13.	Desistência da arrematação	1040
9.	Pagamento ao credor	1040
10.	Parcelamento compulsório do crédito exequendo	1041
11.	Protesto de decisão judicial. CNDT	1042
12.	Remissão e remição na execução	1044
13.	Suspensão	1045
14.	Extinção da execução	1046

» Capítulo XXXIII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS

1.	Cumprimento de sentença relativo às obrigações de fazer, não fazer e dar coisa distinta de dinheiro	1049
1.1.	Princípios aplicáveis	1049
1.2.	Momento processual oportuno	1051
1.3.	Iniciativa da execução	1051
1.4.	<i>Astreintes</i>	1052
1.5.	Procedimento. A questão da intimação pessoal do devedor para cumprimento das obrigações não pecuniárias	1055
1.6.	Defesa do executado	1056
1.7.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito	1057
2.	Execução contra a Fazenda Pública	1058
2.1.	Noção geral: execução imprópria. Conceito de Fazenda Pública	1058

2.2.	Pagamento dos débitos na via administrativa. Conciliação	1059
2.3.	Natureza jurídica da execução contra a Fazenda Pública	1059
2.4.	Requerimento executivo e condutas da Fazenda Pública	1060
2.5.	Embargos à execução: prazo e conteúdo	1061
2.6.	Embargos à execução improcedentes: duplo grau de jurisdição?	1062
2.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública	1063
2.8.	Precatório X requisição de pequeno valor	1063
2.8.1.	Faixas de valores	1063
2.8.2.	Renúncia de parcela do crédito	1064
2.8.3.	RPV: limite no caso de litisconsórcio e honorários advocatícios	1064
2.8.4.	Ordem cronológica dos precatórios: filas existentes	1066
2.9.	Processamento dos precatórios	1067
2.10.	Processamento da RPV	1068
2.11.	Sequestro de verbas públicas	1068
2.12.	Intervenção federal – inadimplemento de precatórios	1070
2.13.	Correção monetária, juros moratórios e precatório complementar	1071
2.14.	Execução de parcela incontroversa contra a Fazenda Pública	1074
3.	Execução fiscal	1075
3.1.	Competência: execução fiscal e falência ou recuperação judicial	1076
3.2.	Desconsideração da personalidade jurídica e redirecionamento da execução	1077
3.3.	Centralização de execuções	1078
3.4.	Prescrição intercorrente na execução fiscal	1079
4.	Execução das contribuições previdenciárias	1080
4.1.	Competência e alcance	1080
4.2.	Procedimento	1081
4.3.	Títulos executivos das contribuições previdenciárias	1081
4.3.1.	Sentença e acordo homologado: discriminação de parcelas indenizatórias	1081
4.3.2.	Acordo na fase de execução	1084
4.3.3.	Acordo celebrado em Comissão de Conciliação Prévia	1084
4.4.	Primazia do credor trabalhista em relação ao previdenciário	1085
4.5.	Fato gerador e juros de mora das contribuições previdenciárias	1085
5.	Execução de títulos extrajudiciais	1086

6.	Execução contra massa falida e empresa em recuperação judicial	1088
6.1.	Créditos trabalhistas	1088
6.2.	Créditos fiscais	1094
6.3.	Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	1097
6.4.	A questão da garantia do juízo para os embargos à execução	1101
6.5.	Penhora, arrematação e depósito recursal efetivados antes da recuperação judicial ou da falência	1103
7.	Execução provisória	1105
BIBLIOGRAFIA		1107